

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, QUINTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2020 | EDIÇÃO Nº 20 | ANO 2 | 7.500 EXEMPLARES
Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

RN DIZ BASTA À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CONSCIENTIZAÇÃO. 2 | Dentro das ações do “Agosto Lilás”, a Casa do Povo faz um chamamento para a sociedade por meio da campanha de conscientização “Violência doméstica: precisamos dar um basta nisso”, e debate ações em prol da liberdade feminina, paz e direitos iguais

**PARLAMENTO AMPLIA
LEIS NO COMBATE À
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR**

ATUAÇÃO. 4 | Leis de proteção e a sugestão de políticas públicas são pautas constantes. Estado tem avançado em buscar ações que fazem valer os direitos das mulheres

**DOAÇÃO DE EPIS
CONTRIBUI COM A
SAÚDE E AMENIZA
EFEITOS DA CRISE**

AJUDA. 9 | Mais de 140 mil itens já foram disponibilizados à população por meio de hospitais de todo o estado. Sem vacina, EPis continuam sendo os mais eficazes na prevenção contra a Covid-19



“PRECISAMOS DAR UM BASTA NISSO”

CAMPANHA | Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte faz um chamamento para a sociedade, por meio da campanha de conscientização “Violência doméstica: precisamos dar um basta nisso”

“**B**riga de casal termina com marido e mulher mortos na Grande Natal”. Caso aconteceu na praia de Genipabu, no município de Extremoz. Luiz Guilherme, de 62 anos, e Karenina Rêgo, de 49, morreram esfaqueados. O fato aconteceu em 17 de julho deste ano, mas nunca deveria ter acontecido. “Filha mata mãe com golpes de faca e marreta na Zona Oeste de Natal”. Segundo Polícia Civil, mulher de 18 anos confessou crime e disse ter cometido ato extremo por medo de ser expulsa de casa. Outro fato ocorrido em 30 de junho recente, mas que também não deveria ter acontecido.

Os fatos acima são registros recentes de violência doméstica. Conceitualmente trata-se de um padrão de comportamento que envolve violência ou outro tipo de abuso por parte de uma pessoa contra outra num contexto doméstico, como no caso de um casamento ou união de facto, ou contra crianças ou idosos. Quando é perpetrada por um cônjuge ou parceiro numa relação íntima contra o outro cônjuge ou parceiro denomina-se violência conjugal, podendo ocorrer tanto entre relações heterossexuais como homossexuais, ou ainda entre antigos parceiros ou cônjuges. A violência doméstica pode assumir diversos tipos, incluindo abusos físicos, verbais, emocionais, econômicos, religiosos, reprodutivos e sexuais. Estes abusos podem assumir desde formas sutis e coercivas até violação conjugal e abusos físicos violentos.

Agora em agosto a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte faz um chamamento para a sociedade. Teremos a campanha de conscientização e combate à violência doméstica. Com o tema, “Violência doméstica: precisamos dar um basta nisso”, assim a Casa Legislativa inicia uma série de ações para o acolhimento e apoio às vítimas. Vamos conversar; receber sugestões e ampliar as ações junto aos órgãos competentes. Entendo que dando visibilidade a temática os veículos de mídia e a sociedade jogarão luz para



novas alternativas no caminhar para darmos um basta nisso.

Este ano está sendo marcado pela pandemia do novo coronavírus que provocou o isolamento das pessoas em suas casas, em quarentena, desde o mês de março. O mundo parou e os efeitos já são sentidos na economia, na educação e em questões sociais também. Um dos casos que mais chama atenção em relação ao período de isolamento social é a violência doméstica. No Brasil, os números aumentaram e no Rio Grande do Norte, os casos

cresceram (assustadores) 258%. Para combater a violência dentro de casa e conscientizar as pessoas em relação aos danos físicos e psicológicos que a vítima acumula, a Assembleia Legislativa lança agora em agosto, dentro das ações do “Agosto Lilás”, em razão do combate a violência contra a mulher, a campanha “Violência Doméstica: precisamos dar um basta nisso”.

Esperamos contar com todos vocês nas nossas atividades que serão divulgadas pelos canais de comunicação do Poder Legislativo.

Ezequiel Ferreira, presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

A violência contras as mulheres no mundo, no Brasil e no RN

Em todo o mundo, uma em cada três mulheres já sofreu violência física ou sexual. E na maioria dos casos, a agressão parte do próprio parceiro ou alguém íntimo da vítima, como algum familiar. Dados da violência doméstica no Brasil apontam que uma em cada cinco mulheres já foi espancada pelo companheiro e, em 71% dos casos, a violência ocorre com frequência.

No Rio Grande do Norte, somente no início das medidas de isolamento social (entre 12 de março e 18 de maio), os casos de violência doméstica tiveram aumento de 258,7% ao se comparar com o mesmo período de 2019. Os números fazem parte de um estudo do Observatório da Violência Letal e Intencional do RN (OBVIO).

No atual período de isolamento social, o sistema estadual de segurança registrou 739 casos de violência doméstica durante os 68 dias analisados. Ou seja, média de 10 agressões por dia. No ano de 2019, durante o mesmo espaço de tempo, as agressões somaram 206 casos, o que representa três atos violentos durante as 24 horas.

MULHERES MORTAS NO RN

Com relação a mortes de mulheres no RN, houve uma pequena queda, mas nada a se comemorar. Em 2019, foram registrados 59 assassinatos de mulheres no estado entre 1º de janeiro e o dia 4 de agosto. Neste ano, no mesmo período, foram registrados 58 assassinatos de mulheres (femicídios), o que representa uma redução de 1,7%. Também houve queda nos casos de feminicídio. Ano passado foram 16 casos. Este ano, também levando em consideração o período de 1º de janeiro a 4 de agosto, foram 10 casos - redução de 37,5%. Os dados são do OBVIO.

VIOLÊNCIA ÍNTIMA

Dados coletados pela Organização Mundial da Saúde revelam que até 38% dos assassinatos de mulheres ocorrem pelas mãos de um parceiro, e apenas 5% dos assassinatos de homens são

cometidos por uma parceira.

Há muitas razões para a violência doméstica, incluindo desigualdade de gênero e normas sociais que apoiam as agressões. Outros fatores são experiências de abuso ou de exposição à violência na infância ou até mesmo um controle coercitivo durante a infância e a passagem para a vida adulta.

O uso em excesso e danoso de álcool é um outro motivo para a violência doméstica. E uma das causas mais recentes é o estresse vivido pelas consequências da Covid-19, como instabilidade econômica. Com as medidas de distanciamento social, muitas mulheres e crianças que sofrem a violência não podem pedir ajuda a parentes, amigos e até a assistentes sociais.

Ainda segundo a OMS, a maioria das sobreviventes de violência doméstica, de 55% a 95%, não divulga a agressão ou busca serviços de auxílio.

CRIMES EM NOME DA “HONRA”

“Crimes de honra” são assassinatos de meninas ou mulheres a mando da própria família, por alguma suspeita ou caso de transgressão sexual (quebra de regras e/ou tabus) ou de comportamento, tais como adultério, relações sexuais ou gravidez fora do casamento – ou mesmo, se a mulher for estuprada. O crime é praticado para não “manchar o nome da família”.

A ONU estima que, no mínimo, 5 mil mulheres são mortas por crimes de honra no mundo por ano. Os assassinatos ocorrem de diversas formas, como por armas de fogo, facadas e estrangulamentos; também sendo comuns que as mulheres sejam mortas queimadas, apedrejadas e envenenadas.

É mais evidente no continente indiano, onde ainda há o costume do dote (quantia de bens ou dinheiro oferecida ao noivo pela família da noiva, para acertar o casamento). Geralmente, ocorre com mulheres recém-casadas, que são mortas por sogros por esse motivo.

Algumas instituições calculam que 25 mil mulheres recém-casadas são mortas ou mutiladas a cada ano, como resultado da violência relacionada ao dote. Neste caso, grande parte das mulheres tem o corpo incendiado.

De acordo com o estudo realizado pela OMS, as queimaduras são a 7ª causa mais comum de morte entre as mulheres com idades entre 15 e 44 anos em todo o mundo. Na região sudeste da Ásia, o fogo foi a 3ª causa mais comum.

FEMINICÍDIO NÃO-ÍNTIMO

O crime é cometido por alguém que não tenha relacionamento íntimo com a mulher. A América Latina é uma das regiões mais conturbadas por



crimes como este: estupros, assédios e assassinatos por discriminação de gênero.

Pelo menos 400 mulheres foram brutalmente assassinadas na década passada, em Ciudad Juárez, na fronteira do México com os EUA, por exemplo. Em 2008, mais de 700 mulheres foram assassinadas na Guatemala. Muitos desses assassinatos foram precedidos por abuso sexual brutal e tortura.

CASAMENTO FORÇADO

Mais de 100 milhões de meninas poderão ser vítimas de casamentos forçados durante a próxima década, segundo estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Estes casamentos ocorrem em todo o mundo, mas são mais comuns no Sul da Ásia e em zonas da África Subsaariana, atingindo 65% de meninas em Bangladesh, 48% na Índia e 76% no Níger, por exemplo.

As menores casadas têm pouca ou nenhuma escolaridade e, portanto, poucas oportunidades de educação, limitando sua capacidade para ingressar no mercado de trabalho e ter um rendimento independente.

O casamento arranjado costuma ocorrer por “proteção da virgindade”, “honra da família”, além de “proteção e segurança econômica” – sendo a pobreza um dos principais fatores. Muitas vezes, as mulheres são trocadas por animais (como camelos) e dívidas.

MUTILAÇÃO GENITAL

Embora ocorra em vários países, principalmente no continente africano, a mutilação genital feminina (FGM, na sigla em inglês) não é considerada internacionalmente como algo legítimo, por ser muito violenta e agredir os

direitos sexuais das mulheres. Porém, mesmo ilegal, é praticada em diversos países como no Egito, sendo perpetuada por grupos que seguem determinadas culturas e religiões. É uma prática exercida pelas próprias famílias, como avós e mães.

Mais de 135 milhões de meninas e mulheres vivas já foram cortadas nos 29 países da África e Oriente Médio, onde a prática está concentrada. A ONU estima que até 2030 mais de 86 milhões

de meninas ainda serão mutiladas. Em média, 6 mil mulheres por dia sofrem mutilação genital.

Em alguns países, como a Somália, a incidência de mulheres que sofrem mutilação é de 99%. A média de idade varia de um local ao outro, mas pode ocorrer logo após o nascimento.

Há vários tipos de mutilação, desde a remoção do clitóris até dos grandes lábios. Em casos extremos, a vagina da vítima é inteiramente costurada.

Formas de combate

A ONU considera a violência contra mulheres uma das violações de direitos humanos mais presentes no mundo. A Organização possui uma campanha chamada “Una-se pelo fim da violência contra as mulheres”.

Além dos direitos humanos e da educação, a OMS cita seis maneiras de combate ao feminicídio. São elas:

- Reforçar a vigilância e rastreamento de violência por parceiros íntimos: trabalho de cooperação entre polícia, médicos e agências, com objetivo de coletar e relatar com mais detalhes a relação vítima-infrator e a motivação para o homicídio.

- Capacitar e sensibilizar profissionais de saúde: em alguns locais, como nos EUA, estudos têm mostrado que grande parte das mulheres acessa os serviços de saúde (por causas de violência) no ano anterior ao de ser morta pelos parceiros.

- Capacitar e sensibilizar policiais: junto de entidades de proteção

às crianças, a polícia é o principal serviço que pode dar suporte às menores afetadas pelo feminicídio.

- Aumentar a prevenção e pesquisa de intervenção: segundo a OMS, esta é a melhor maneira de reduzir o feminicídio no mundo, pois intimida a violência de parceiros. Entender como os crimes acontecem torna o trabalho de prevenção mais fácil.

- Reduzir a posse de armas e fortalecer as leis sobre armas: o risco de morte entre as mulheres vítimas do feminicídio cresce três vezes quando existe uma arma em casa.

- Reforçar a vigilância, investigação, leis e consciência de assassinato em nome da “honra”: advogados têm relatado sucesso na sensibilização destes crimes por meio da coleta e análise de dados, processos e decisões judiciais, utilizando como referência os direitos humanos internacionais – instrumentos relevantes para a proteção de direitos das mulheres.

AL amplia leis no combate à violência

ATUAÇÃO | A criação de Leis de proteção à mulher e a sugestão de políticas públicas são pautas constantes no dia a dia parlamentar. Assim, o Estado tem avançado em buscar projetos, programas e leis que garantem e reforçam a necessidade de fazer valer os direitos das mulheres

Foi a Constituição Federal de 1988 quem deu ênfase à dignidade da pessoa humana, mas foi com a Lei Federal 11.340/06, a Lei Maria da Penha, que foram criados mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, assim como no Brasil e no mundo, o tema vem ganhando cada vez mais espaço na atuação parlamentar.

A criação de Leis de proteção à mulher e a sugestão de políticas públicas que reforcem seus direitos, são pautas constantes no dia a dia parlamentar. E graças a todo esforço e compromisso dos deputados estaduais do Rio Grande do Norte, o Estado tem avançado em busca de ações, projetos, programas e leis que garantem e reforçam a necessidade de fazer valer os direitos das mulheres norte-rio-grandenses.

“A questão da violência doméstica é um problema sério e que precisa do apoio de todos. Nosso olhar para as questões que envolvem a população sempre foi de proteção e conscientização. Falamos de proteção à saúde e agora falaremos do combate à violência doméstica. Para se ter uma ideia, os dados apontam um crescimento de 258% nos últimos quatro meses. Precisamos dar um basta nisso”, destaca o presidente da Assembleia, Ezequiel Ferreira.

Nos últimos anos a Casa Legislativa apresentou cerca de 20 Projetos de Lei dedicados exclusivamente ao tema, a fim de coibir estatísticas cada vez mais violentas. Todas as Leis primordiais para o combate à violência contra a mulher. No conjunto de projetos de leis apresentado pelos parlamentares tem desde a inclusão no calendário oficial do Estado do mês de agosto como o “Mês de Proteção à Mulher”, de autoria da deputada Cristiane Dantas (SDD), à Lei que reserva vagas de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços junto ao Governo do Estado, de autoria da então deputada Márcia Maia, visto que a questão financeira ainda é um dos principais motivos que forçam a mulher na convivência com o seu agressor, daí a importância dessa reserva legal no mercado de trabalho.

Outro exemplo é a Lei que criou as patrulhas policiais denominadas “Maria da Penha”, de autoria da deputada Cristiane Dantas (SDD) e a que instalou medidas coercitivas administrativas ao agressor para coibir e prevenir



a violência doméstica, proposta por Marcia Maia. Nessa esteira, também foi criada a Lei que institui o monitoramento eletrônico de agressor de violência doméstica e familiar contra a mulher, seus familiares e testemunhas, de autoria do deputado Kelps Lima (SDD), a Lei que estabelece o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, de autoria de Isolda Dantas (PT) e a Lei que multa o agressor, em caso de utilização de serviços públicos, por parte da vítima, proposta pela ex-deputada Marcia Maia.

Seja por meio da proposição de projetos de lei, pronunciamentos em plenário ou requerimentos parlamentares, a bancada feminina da Assembleia Legislativa se mantém atenta aos temas que envolvem os direitos da mulher no RN.

Dados da violência doméstica no Brasil - principalmente em relação a vítimas mulheres - apontam que 1 em cada 5 mulheres já foi espancada pelo companheiro e, em 71% dos casos, a violência ocorre com frequência. Números levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que houve, no Brasil, nesse momento de pandemia do novo coronavírus, um

aumento de 22% nos registros de casos de feminicídios, o crime praticado contra a mulher em decorrência de discriminação de gênero, por sua condição social de mulher. Esse tipo de crime está tipificado na Lei nº 13.104/15, que altera o Código Penal.

Na atual conjuntura, o tema tem pautado os debates diários na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, durante as sessões remotas, e também é hoje o que mais registra solicitações de requerimentos ao Executivo, como reforço policial e, ainda, Projetos de Lei.

Uma das leis aprovadas no período de pandemia, sancionada pela Governadora Fátima Bezerra e já em vigor é a Lei da Delegacia Virtual para o enfrentamento à violência contra a mulher, de autoria da deputada estadual Isolda Dantas (PT). Com a criação de um canal de comunicação via WhatsApp, o dispositivo assegura o recebimento de denúncias, registros de ocorrências, envio de fotos e documentos relativos aos crimes e situações de violência doméstica. “Esse instrumento vem dizer a essas mulheres que elas não estão sozinhas e que, como entes políticos, nós nos

“

É urgente e necessária a intervenção do Estado por meio da adoção de medidas que possibilitem a redução do índice da violência contra a mulher no RN. Não nos cansaremos dessa luta”

CRISTIANE DANTAS
DEPUTADA ESTADUAL

doméstica e familiar contra a mulher



A ideia é que as empresas que tiverem em seus quadros, pelo menos 5% de mulheres que já tenham sido vítimas de violência, sejam reconhecidas com o selo “Amiga da Mulher

EUDIANE MACEDO
DEPUTADA ESTADUAL

preocupamos com elas e estamos atentos e em busca de soluções para essa causa”, afirma Isolda.

Outra iniciativa é da deputada Eudiane Macedo (Republicanos), que protocolou recentemente projetos que dizem respeito à segurança das mulheres. Um deles proíbe nomeação de agressores no serviço público estadual, e o outro reconhece empresas que contratarem mulheres em vulnerabilidade. “A ideia é que as empresas que tiverem em seus quadros de funcionários, pelo menos 5% de mulheres que já tenham sido vítimas de violência doméstica, sejam reconhecidas com o selo “Amiga da Mulher”, explica Eudiane.

A Assembleia Legislativa também aprovou dois projetos de lei voltados ao combate às agressões sofridas em ambiente doméstico e que obriga os condomínios residenciais comunicarem aos órgãos de segurança pública casos de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso, em seus interiores e o que autoriza o projeto “Casa Abrigo” em Natal. O segundo Projeto de Lei autoriza a instituição do projeto “Casa Abrigo” em Natal, com atendimento

regional, e é amparado pela Lei Maria da Penha. Os dois projetos são de autoria da deputada Cristiane Dantas (SDD).

“É urgente e necessária a intervenção do Estado por meio da adoção de medidas estratégicas, concretas e permanentes, através de políticas públicas, que possibilitem a redução do índice da violência contra a mulher no Rio Grande do Norte. Não nos cansaremos dessa luta”, ressalta Cristiane.



Assembleia tem realizado campanhas de conscientização contra a violência doméstica

LEIS APROVADAS NOS ÚLTIMOS ANOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

2020

1. Delegacia virtual – Isolda Dantas (PT)
2. Aplicativo SOS Mulher – Eudiane Macedo (Republicanos)
3. Casa Abrigo – Cristiane Dantas (SDD)
4. Dispõe sobre a comunicação pelos condomínios residenciais aos órgãos de segurança pública, sobre a ocorrência ou indícios de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso em seus interiores – Kelps Lima (SDD)
5. Cria o programa de Prevenção ao Abuso Sexual e Violência no Transporte Coletivo – Ubaldo Fernandes (PL)

2019

1. Dia Estadual de Combate ao Feminicídio – Isolda Dantas (PT)
2. Multa contra o agressor, em caso de utilização de serviços públicos – Marcia Maia

2018

1. Medidas coercitivas administrativas ao agressor para coibir e prevenir violência doméstica – Marcia Maia
2. Monitoramento eletrônico de agressor de violência doméstica e familiar contra a mulher, seus familiares e/ou testemunhas – Kelps Lima (SDD)
3. Institui o Programa Maria da Penha vai às Escolas (PRO-MAPE) – Cristiane Dantas (SDD)

2017

1. Dispõe sobre a reserva de vaga de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços junto ao Governo do Estado – Marcia Maia
2. Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização da Lei Maria da Penha nos estabelecimentos para consulta da população, em local visível e de fácil acesso – Marcia Maia

2016

1. Patrulhas policiais denominadas “Maria da Penha” – Cristiane Dantas (SDD)
2. Inclusão no calendário oficial do Estado o “Mês de Proteção à Mulher”, Agosto Lilás – Cristiane Dantas (SDD)

Escola da Assembleia segue calendário acadêmico de forma online

EDUCAÇÃO | Desde o dia 20 de maio, a Escola retomou suas atividades acadêmicas, promovendo cursos, oficinas, palestras e aulas de pós-graduação de forma remota. Já foram concluídos 13 cursos e 2 oficinas, totalizando mais de 550 participantes

Continuar incentivando a capacitação dos servidores do Legislativo e contribuindo para a melhoria da Educação do Rio Grande do Norte. Esse é o desafio que a Escola da Assembleia Legislativa do RN vem enfrentando - e vencendo - em tempos de pandemia da Covid-19.

Por isso, desde o dia 20 de maio, a Escola retomou suas atividades acadêmicas, promovendo cursos, oficinas, palestras e aulas de pós-graduação de forma remota. Já foram concluídos 13 cursos e 2 oficinas, totalizando mais de 550 participantes.

De acordo com o professor João Maria de Lima, diretor da Escola da Assembleia, neste período de pandemia o fator psicológico tem atrapalhado bastante os estudantes. “Sabemos, por estudos da neurociência, que só se aprende com motivação; e, a longo prazo, quando se mexe com a emoção. E nosso principal papel neste momento é fazer isso”, destacou.

O diretor acrescentou que esse processo se iniciou quando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), pediu que a Escola continuasse oferecendo seus serviços acadêmicos, a fim de ajudar a Educação do Rio Grande do Norte, mesmo com as dificuldades da pandemia.

“A partir da determinação do presidente Ezequiel, primeiramente intensificamos o Conexão Enem com mais aulas semanais, ampliando o cuidado com a solidão e a tensão de quem vai fazer o exame. Depois, providenciamos para que as aulas de pós-graduação fossem retomadas, para evitar atrasos no calendário. E fizemos isso com sucesso. Depois, conseguimos implementar uma grade de cursos, palestras e oficinas, tudo de forma remota”, detalhou o professor.

Concluindo, João Maria reforçou que, diante do cenário inesperado que se apresentou para todos, a Escola da Assembleia conseguiu se adaptar muito bem.

“Desde o início nós estamos somando esforços para adequar nossas aulas ao ambiente virtual. E estamos conseguindo. Estamos mantendo a Escola ativa e contribuindo para minimizar os prejuízos à Educação do nosso



REPRODUÇÃO

Estado, viabilizando ferramentas para que servidores e outros cidadãos sigam se qualificando”, disse.

CURSOS A DISTÂNCIA

Desde o início das aulas on-line, a Escola da Assembleia Legislativa do RN promoveu 3 cursos de capacitação técnica, quais sejam “Lições práticas para uma boa redação” (96 inscritos); “Elementos estruturais de um trabalho científico” (39 alunos); e “Curso básico em Excel” (29). De capacitação profissional, foi realizado o curso de “Eneagrama das personalidades” (25 inscrições).

Já as palestras profissionalizantes foram as seguintes: “Inteligência emocional na atualidade” (21 alunos); “Gestão de conflitos” (21 inscritos); “Evolução histórico-social do povo brasileiro” (80); “Fake news” (81 inscrições); “Convença: persuasão ao seu alcance” (40); “Competências essenciais para o gestor” (28); e “Apontamentos sobre a gestão de contratos” (41 alunos).

E, de oficinas técnicas, foram realizadas: “Implantação da gestão estratégica na ALRN”, com a participação de 10 alunos; e “Metodologia de gestão de

processos da ALRN”, com 19 inscritos.

“A educação precisa se adequar aos momentos sociais. Por isso nos adaptamos com agilidade, migrando nossas iniciativas para modelos on-line e fazendo a educação chegar a todos, de forma democrática e gratuita. A educação e o crescimento profissional não podem parar”, destacou o diretor João Maria de Lima.

Diante do cenário inesperado que se apresentou com a pandemia, a Escola da Assembleia Legislativa conseguiu se adaptar muito bem

“

“Desde o início nós estamos somando esforços para adequar nossas aulas ao ambiente virtual. Estamos mantendo a Escola ativa e contribuindo para minimizar os prejuízos à Educação

JOÃO MARIA DE LIMA
DIRETOR DA ESCOLA DA ASSEMBLEIA

Mesmo com rotina alterada, AL tem 1º semestre bastante produtivo

ADAPTAÇÃO | A administração pública no Poder Legislativo estadual se adaptou, reinventou formas de cumprir tarefas e transformou o período em um semestre bem proveitoso. Ao mesmo tempo, também conseguiu proporcionar um bom aproveitamento das responsabilidades no ambiente de trabalho e se adequou a este período de intensas modificações

O primeiro semestre de atividades da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) neste ano de 2020 foi bem diferente se comparado aos anos anteriores. De uma forma completamente inesperada, uma pandemia afetou a rotina de trabalho na Casa, tanto da parte administrativa como da legislativa. No início, parecia um grande desafio cumprir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das demais autoridades com relação aos cuidados sanitários e, ao mesmo tempo, proporcionar um bom aproveitamento das responsabilidades no ambiente de trabalho.

Mas, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a administração pública no Poder Legislativo estadual se adaptou, reinventou formas de cumprir tarefas e transformou o período em um semestre bem proveitoso.

Como já é notório em todas as divulgações da ALRN, de forma pioneira, os deputados passaram a cumprir as atividades (que antes eram exercidas no plenário) pelo Sistema de Deliberação Remota. Assim, foi possível, dentre outras coisas, a discussão e votação de matérias, projetos de lei e requerimentos em tramitação de casa, especialmente os que impactavam diretamente as ações públicas do estado relacionadas ao enfrentamento da Covid-19.

Mas não apenas o plenário se adaptou aos “novos tempos”. Toda a equipe por trás das atividades, ou seja, todos os servidores e parlamentares pertencentes aos diversos setores que fazem a Assembleia Legislativa funcionar, participou da reorganização da rotina de trabalho, agora de forma remota, e fez acontecer um semestre produtivo.

Um exemplo disso, são as Comissões Temáticas Permanentes da ALRN, que são compostas por grupos de deputados da Casa e assessores parlamentares que analisam técnica e legalmente quase todas as proposições apresentadas não só pelos próprios parlamentares, mas também pelo Executivo, Judiciário, Tribunal de Contas e até mesmo por populares, para identificar se estão em condições necessá-



Deputados estaduais também têm mostrado adaptação com a realização de sessões remotas

rias para se tornarem leis.

De acordo com o procurador-geral da Assembleia, Washington Fontes, as comissões têm cumprido seu papel nesse tempo, sobretudo para ajuda no combate ao coronavírus. Segundo ele, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), foi a que mais trabalhou durante esse primeiro semestre.

A segunda Comissão que mais recebeu demandas foi a Comissão de Administração, Serviços Públicos e Trabalho (CASPT). “Para a seguridade do setor administrativo e proteção de direitos, a atuação desta comissão foi indispensável na apreciação de processos da pandemia”, destacou Washington Fontes. De acordo com ele, a Comissão de Saúde também foi muito atuante, até porque o período exigiu maiores cuidados com a área.

Já a Diretoria Legislativa precisou de mudanças para desempenhar as tarefas do setor neste período, mas, mesmo assim, se adaptou. Durante o primeiro semestre e com a ajuda da Diretoria de Gestão Tecnológica, foi possível a realização de novas ações contributivas à evolução do E-legis, sistema eletrônico que gerencia a atividade legislativa de forma digital, por exemplo.

Embora se tratasse de um período totalmente atípico, neste semestre a

Diretoria Legislativa se aperfeiçoou para que as deliberações encontrassem o apoio logístico indispensável ao andamento das funções legislativa e fiscalizatória do Parlamento Potiguar. Neste caso, alguns servidores foram reposicionados para atender o elevado número de documentos que exigiam elaboração e a consequente remessa aos interessados.

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas também precisou de ajustes no sistema para garantir a continuidade das atividades, mas, da mesma forma, aproveitou todas as ferramentas disponíveis e fez as atividades acontecerem. De acordo com o coordenador de Gestão de Pessoas, Thyago Cortez, desde o início da suspensão das atividades presenciais, o setor organizou um regime de home office alternado com o trabalho presencial, já que não havia aporte tecnológico suficiente para todos trabalharem virtualmente.

“Divulgamos o WhatsApp da Gestão de Pessoas, para que os servidores pudessem estar em contato conosco e resolver as demandas deles, como tirar dúvidas sobre situação funcional, prestação de contas do auxílio saúde. Também fizemos duas cartilhas, uma delas sobre o covid-19 e a saúde mental e a outra sobre prevenção a acidentes de trabalho, que adaptamos para o am-



Servidores também estão trabalhando virtualmente e seguem desenvolvendo suas atividades

biente doméstico”, contou Thyago Cortez. “Tivemos que nos reinventar, não estávamos prontos para o teletrabalho, mas avançamos e nos adaptamos”, completou.

A Procuradoria-Geral, de igual modo, de acordo com o procurador Geral, Sérgio Freire, tem sido um dos setores mais exigido e participativo nesse período, principalmente para regulamentar esse fator extraordinário oriundo da pandemia. “Não havia a normatização dos atos administrativos, por exemplo, e tivemos que nos adaptar. Paralelo a isso, não paramos. Tem sido um desafio, mas tivemos um resultado satisfatório”, falou.

A Diretoria de Gestão Tecnológica foi fundamental para promover as mudanças que possibilitaram o trabalho remoto em outros setores e para fazer acontecer um semestre produtivo a todos. O diretor de Gestão Tecnológica, Mario Sergio, contou que a Diretoria permitiu o acesso aos dois principais sistemas da Casa, o sistema do processo legislativo e o de recursos humanos. “Hoje, praticamente todo mundo que lida com os processos legislativos conseguem trabalhar de casa com esse sistema”.

Mario Sergio também informou sobre a liberação de aplicações que eles concretizaram, como o acesso ao

acervo de vídeos legislativos, tais como as sessões ordinárias e reuniões de comissões, que estão disponíveis no site da Assembleia.

“A Assembleia não parou um dia sequer e vem cumprindo deveres constitucionais e melhorando a cada dia. Demos assistência aos servidores que pegaram coronavírus e, sobretudo, aprontamos, em tempo recorde, o suporte para as sessões virtuais, o que fez com que não houvesse interrupção nos trabalhos legislativos”, destaca o Diretor Geral da ALRN, Augusto Carlos Viveiros.

A Diretoria Administrativa e Financeira também atestou a proatividade dos servidores do legislativo estadual nesse primeiro semestre de 2020. “Continuamos com nossas metas e cumprimento do planejamento estratégico. As Diretorias Geral e Administrativa instalaram diretrizes em que verificamos a possibilidade que todos os setores desenvolvessem suas funções como se todos estivessem presencialmente cumprindo suas atividades”, norteou Dulcineia Brandão, diretora Administrativa e Financeira da Assembleia Legislativa, ressaltando que a atual experiência demonstrou que os servidores do Poder Legislativo mantêm-se motivados e criativos para superar os obstáculos.

AL prorroga suspensão das atividades presenciais na Casa até 15 de agosto

PREVENÇÃO | Desde que surgiu a necessidade do isolamento social em virtude da pandemia, quando foram identificados contágios no RN, a Assembleia Legislativa viu a necessidade de suspender as atividades da Casa e se adaptar a uma série de medidas administrativas restritivas

Ainda no sentido do trabalho que vinha realizando nos últimos meses, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte publicou ato da Mesa Diretora prorrogando até 15 de agosto de 2020 a suspensão das atividades administrativas e legislativas da Casa, em razão da pandemia da Covid-19 e considerando a manutenção do estado de calamidade pública declarada pelo Estado.

Desde que surgiu a necessidade do isolamento social em virtude da pandemia do coronavírus, quando foram identificados contágios no Rio Grande do Norte, a Assembleia Legislativa viu a necessidade de suspender as atividades da Casa e se adaptar a uma série de medidas administrativas restritivas. O legislativo potiguar, assim como fizeram os órgãos dos outros Poderes, buscou medidas para proteger a saúde dos servidores e da população em geral, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e demais autoridades sanitárias e de saúde para a prevenção da pandemia.

De forma pioneira, os deputados passaram a contar com o Sistema de Deliberação Remota, que permitia a votação das matérias, projetos de lei e requerimentos em tramitação de casa. No mesmo sentido, os diversos setores que compõem o Poder Legislativo do RN precisaram adaptar as rotinas de trabalho, reinventando formas de cumprir as atividades inerentes a eles, mas diminuindo ao máximo os riscos de contaminação pelo vírus.

Quase cinco meses depois da primeira suspensão das atividades presenciais, muita coisa mudou na Casa Legislativa, com destaque para a implantação do teletrabalho (ou trabalho remoto), e a voz dos coordenadores e

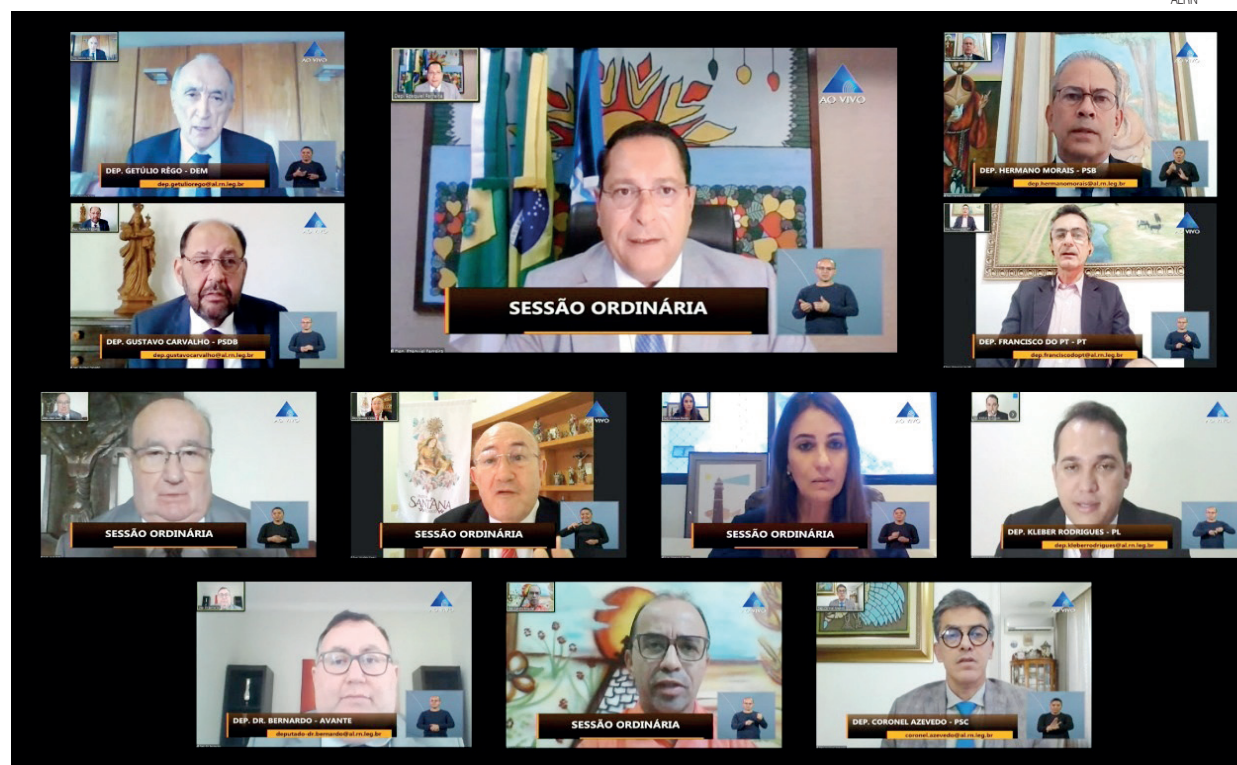
diretores da Casa é uníssona no sentido de que, apesar da causa, as mudanças implantadas foram positivas e modernizaram a dinâmica de trabalho no legislativo potiguar.

A experiência do trabalho remoto na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) tem obtido bons resultados. O teletrabalho por parte da equipe de servidores que atuam no “home office” mostrou-se um método bem sucedido em termos de produtividade e revelou uma Assembleia Legislativa moderna, adaptada à tecnologia e preparada para o novo período.

O teletrabalho, portanto, agora é uma realidade na Assembleia Legislativa e, vale dizer, o processo de implantação desse sistema foi estruturado como meta do Planejamento Estratégico desde 2015, no início da gestão do presidente Ezequiel Ferreira. Como apontou o Diretor Geral da ALRN, Augusto Carlos Viveiros, era preciso primeiro avançar com sistemas digitais que garantissem a produtividade e comprovassem a eficácia do formato de trabalho. E, de certa forma, a nova realidade ajudou no aceleração desse processo.

“A urgência do isolamento social motivado pela pandemia do coronavírus, também alterou o método de trabalho, em que os setores administrativos e gabinetes parlamentares se reinventaram, com novas rotinas sem prejuízos na produção legislativa, assegurando andamento e aprovação de projetos; reuniões de comissões e deliberações dos parlamentares, garantindo o apoio fundamental ao Estado na aprovação de lei e legalidade de atos como decretos e mobilidade na área financeira, diante da urgência na saúde em salvar vidas”, destaca o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB).

Portanto, um dos destaques no trabalho remoto foi a consolidação da tecnologia no ambiente legislativo. Para o Diretor de Gestão Tecnológica, Mário Sérgio Gurgel, o desafio foi ampliar para todos os setores e gabinetes o teletrabalho. “Não tivemos dificuldades em adaptar a nossa equipe, o que houve foi a necessidade de direcionar a todos”, disse Mário Sérgio. E projetos não faltaram. Atividades que estavam



O Legislativo, assim como fizeram os órgãos dos outros Poderes, buscou medidas para proteger a saúde dos servidores e da população

programadas não sofreram atrasos e outras, como o aplicativo para deliberação, teve que ser ajustado ao regime do Sistema de Deliberação Remota (SDR) instituído pela Mesa Diretora e publicado em ato em março. “Este seria um projeto para o futuro e tivemos que antecipar a instituição e desenvolvimento colocando em prática desde o período da pandemia”. Mas a Gestão Tecnológica da ALRN teve que agir para a liberação de alguns sistemas para acesso externo, possibilitando o pleno funcionamento dos setores de Recurso Humanos; folha de pagamento de pessoal; setores administrativo e financeiro, além de patrimônio, compras e Memorial Legislativo.

Outro destaque foi a implantação do processo legislativo eletrônico resultando na continuidade das atividades nos gabinetes, Diretoria Legislativa, Presidência, Comissões e demais setores em trabalho remoto.

E com as reuniões remotas, ferramentas internas e aplicativos usados nas reuniões entre servidores da Casa, definindo metas e estratégias adotadas para esse período também foi destacado no período de pandemia. Com reu-

niões, o RH da Assembleia consolidou regras expostas em cartilha com informes e dicas para amenizar os impactos do isolamento social; amparar servidores na rotina de teletrabalho; apoio e prevenção em acidentes domésticos. “A mudança nos setores já é evidente, digo que estamos em uma revolução, estamos nos transformando completamente. A produção dos servidores do legislativo nunca mais será a mesma, visto que estamos vivenciando um processo de modernização da gestão. E, agora com essa pandemia, onde tivemos as atividades presenciais suspensas, e com a ascensão da tecnologia, permitiu o desenvolvimento e acesso virtual aos sistemas, estamos nos adaptando para termos uma mistura do teletrabalho com rotinas presenciais”, explica o coordenador de Gestão de Pessoas, Thyago Cortez.

O Brasil tem mais de 116 milhões de usuários de internet e neste período de pandemia, o uso de redes sociais e aplicativos em busca de informações também aumentou. Os setores de comunicação da Casa também mesclam atividades presenciais e virtuais, com destaque para canais de internet. A Di-

retoria de Comunicação, a TV Assembleia, a rádio Assembleia, a Diretoria de Representação Institucional e todo trabalho de divulgação das ações da Casa, cumprem os requisitos de transparência e comunicação, fundamentais no período de pandemia.

“

A mudança nos setores já é evidente, digo que estamos em uma revolução, estamos nos transformando completamente. A produção dos servidores do legislativo nunca mais será a mesma”

THYAGO CORTEZ
COORD. GESTÃO DE PESSOAS DA AL

Doação de EPIs contribui com a saúde e ameniza efeitos da crise

AJUDA | Até agora, mais de 140 mil itens já foram disponibilizados à população por meio de hospitais de todo o estado. Enquanto não há vacina que elimine a possibilidade de contágio da doença, os EPIs continuam sendo os mais eficazes na prevenção contra a Covid-19

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte tem dado exemplo de solidariedade no combate ao novo coronavírus. A contribuição com a saúde pública — e de certa forma também com a economia familiar, que enfrenta dificuldades com a crise financeira — tornou-se algo constante com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como máscaras de proteção e álcool gel 70%. Até agora, mais de 140 mil itens já foram disponibilizados à população por meio de hospitais de todo o estado.

As últimas ações de distribuição de EPIs aconteceram nas cidades de Caicó, Touros, Currais Novos e Mossoró. Enquanto não há vacina que elimine a possibilidade de contágio da doença, os EPIs continuam sendo os mais eficazes na prevenção contra a Covid.

CAICÓ

No Hospital Regional do Seridó, em Caicó, foi entregue uma carga com 10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras como forma de colaborar com a luta contra o novo coronavírus. A ação aconteceu em julho.

“É um insumo essencial e vem colaborar com o trabalho desenvolvido no Hospital. Somos gratos e precisamos sempre da colaboração de todos”, disse Maura Sobreira, diretora do hospital. “O aumento do uso de EPIs cresce a cada dia e nos permite trabalhar seguindo os protocolos e promovendo uma segurança maior para que possamos assistir os pacientes adequadamente e com segurança”, ressaltou Thaynne Morgana, enfermeira da linha de frente do HRS.

TOUROS

A população de Touros também foi beneficiada em julho com a ação de doação de EPIs feita pela Casa do Povo. No município, foram doados 5 mil litros de álcool 70% e mais 1.500 máscaras cirúrgicas. De acordo com o secretário de saúde do município, Higor Rodrigo da Silva, a doação traz segurança no fornecimento para o Hospital Municipal Ministro Paulo de Almeida Machado e nas 16 Unidades



Mais de 140 mil itens já foram disponibilizados pela Assembleia à população

Básicas de Saúde.

“Esse é um esforço que cada um de nós, deputados, estamos fazendo para colaborar com essa batalha contra o novo coronavírus. A entrega desses equipamentos representa mais segurança para a população assistida e principalmente para os profissionais de saúde que estão na linha de frente”, disse o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB), em nome de todos os deputados e equipe de servidores do legislativo envolvida nas doações.

CURRAIS NOVOS

Em Currais Novos a entrega de EPIs aconteceu em junho, quando foram doados 5 mil litros de álcool 70% e mais de 2 mil unidades de máscaras ao Hospital Regional Mariano Coelho (HRMC). Diretora geral do HRMC, Lígia Daiana Pinheiro Silva disse que a doação da Assembleia garante o estoque de álcool por meses.

“A nossa luta diária ganha um fôle-

go com a chegada desses produtos tão necessários para os nossos serviços e principalmente para os profissionais de saúde e segurança, que estão na linha de frente no combate à Covid-19, e que além de cuidar bem da população tem que garantir a nossa própria segurança”, ressaltou.

MOSSORÓ

Os altos índices de propagação do novo coronavírus e o aumento considerável dos casos de Covid-19 em Mossoró, localizada na Região Oeste, motivaram os deputados estaduais a destinar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) ao Hospital Regional Tarcísio Maia (HRTM). Também em junho, a Assembleia entregou 10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras para proteção dos profissionais de saúde e da população atendida pela unidade de saúde.

A carga com os EPIs foi recebida pela diretora do HRTM, Herbênia Ferreira da Silva, que ressaltou a im-

portância da doação, principalmente para os profissionais de saúde, lotados no hospital. “Estamos em uma luta e a Assembleia Legislativa está nos auxiliando com equipamentos de extrema necessidade. Recebemos com muito alívio, visto que a quantidade entregue nos dará segurança no estoque”, comemorou.

DOAÇÕES

Hospital Municipal de Angicos (5 mil litros de álcool 70% e 1500 máscaras cirúrgicas); Hospital Sara Kubitschek, em Areia Branca (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos, em Assu (5 mil litros de álcool 70%); Hospital Regional Tarcísio Maia, em Mossoró (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Dr. Mariano Coelho, em Currais Novos (5 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Cleodon Carlos de Andrade, em Pau dos

Ferros (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Aluísio Bezerra, em Santa Cruz (5 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Hélio Morais Marinho, em Apodi (8 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Municipal Ministro Paulo de Almeida Machado, em Touros (5 mil litros de álcool 70% e 1500 máscaras cirúrgicas); Hospital Regional do Seridó, em Caicó (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Municipal Monsenhor Pedro Moura, em Nova Cruz (7 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Josefa Alves Godeiro, em João Câmara (8 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas); Hospital Regional Dr. Deoclécio Marques, em Parnamirim (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas), além do Hospital Municipal de Campanha (10 mil litros de álcool 70%) e do Hospital Giselda Trigueiro (10 mil litros de álcool 70% e 2 mil máscaras cirúrgicas), ambos em Natal.

DOAÇÕES FEITAS PELA AL

140 mil

ITENS DE EPIs

15

HOSPITAIS ATENDIDOS

PEC da Previdência é re deputados ganham ma

ADIAMENTO | Aprovação da retirada da PEC da Previdência Estadual foi aprovada pela unanimidade dos deputados que participaram da sessão por Sistema de Deliberação Remota, após oficialização do adiamento do prazo da votação para o dia 30 de setembro

O Governo Federal publicou uma portaria (Nº 18.084) que prorroga o prazo para comprovação à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do cumprimento de parâmetros gerais relativos aos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Deste modo, a votação da Reforma da Previdência acabou sendo retirada de pauta durante a sessão realizada no dia 30 de julho por webconferência.

A aprovação da retirada da PEC da Previdência Estadual foi permitida após oficialização do adiamento do prazo da votação para o dia 30 de setembro. Anteriormente, o limite se esgotaria no dia 31 de agosto.

Após amplo debate, a matéria foi aprovada pela unanimidade dos deputados que participaram da sessão por Sistema de Deliberação Remota. “Essa prorrogação comprova pontos importantes, como por exemplo, que o Governo do Estado estava correto em relação ao prazo. Se não tivesse essa obrigatoriedade, não existiria essa portaria. Com isso, pretendemos obter novas informações sobre a PEC e para cumprir o prazo da nova portaria, em respeito à marca do Governo para que possamos criar um ambiente para conversar com servidores, sindicatos e entidades envolvidas”, declarou o deputado e líder do governo na Casa, George Soares (PL).

“Com essa prorrogação, tenho certeza que esta Casa e nós deputados vamos ter um pouco de alívio da pressão colocada pela imprensa, mídias sociais, federações do comércio, indústria e demais setores”, disse Tomba Farias (PSDB).

DEBATE

O deputado Getúlio Rêgo (DEM) disse que a medida adotada pelo Governo Federal confirmou a expectativa dos parlamentares de oposição, que se recusaram a votar a matéria de forma

“

Tenho certeza que esta Casa e nós deputados vamos ter um pouco de alívio da pressão colocada pela imprensa, mídias sociais, federações do comércio, indústria e demais setores”

TOMBA FARIAS
DEPUTADO ESTADUAL

remota nas últimas semanas. “A governadora Fátima Bezerra passou a ficar passiva. Utilizou sua força de governo para estabelecer manobra dentro da Assembleia, na tentativa de intimidar membros da oposição caso a matéria não fosse votada até 31 de julho”, disse.

Para o democrata, agora que o prazo para votação foi prolongado, é preciso discutir as alíquotas impostas no projeto para os servidores que ganham os menores salários. “O que defendemos é impor aos mais humildes taxas menores”, disse. Ainda segundo Getúlio, a governadora terá agora “que debater”.

Já o deputado José Dias (PSDB) destacou que a iniciativa da oposição em pedir a retirada da reforma da Previdência da pauta teve como objetivo permitir uma melhor análise da matéria “a favor do RN”.

O deputado Souza Neto (PSB) reagiu às críticas feitas pelos oposicionistas. O parlamentar afirmou que nos últimos dias alguns discursos tentaram “confundir os servidores, que ficaram sem entender como era o cálculo de suas aposentadorias, mas a verdade

prevaleceu”. Ainda conforme Souza, “este grupo de oposição dizia que não havia prazo de votação, mas hoje foi publicada uma portaria prorrogando este prazo. Ou seja, ele existia”.

Souza listou ainda o fato da bancada de oposição não ter apresentado nenhuma proposta para debate em relação à Previdência e questionou o argumento dos que defendiam um debate presencial da matéria. “Queriam mesmo era derrubar a proposta”, reagiu. O deputado lembrou ainda que a governadora tentou realizar uma reunião com o grupo oposicionista, mas que o convite foi rejeitado por todos. “Hoje é o dia da verdade, o dia que emenda saiu pior que o soneto. A verdade demora, mas prevalece”, finalizou.

A REFORMA

Além de atender à regra federal, o Governo do Rio Grande do Norte defende a aprovação da Reforma da Previdência para que a gestão estadual atenuar o déficit existente no sistema hoje.

O principal ponto da proposta do governo é subir a contribuição previdenciária dos servidores. Hoje, o funcionalismo contribui com 11% da remuneração bruta. O projeto do governo cria um sistema de alíquotas progressivas, com taxas variando de 12% a 16%, com alíquotas maiores para faixas salariais mais altas.

Além disso, pela proposta, todos os aposentados e pensionistas que recebem acima de R\$ 2,5 mil seriam taxados – hoje, são isentos todos os que ganham abaixo de R\$ 6.101,00. Na Assembleia, já há um acordo para fixar a isenção para quem ganha abaixo de R\$ 3.050,00.

O sistema previdenciário estadual fechou o primeiro semestre de 2020 com um déficit de mais de R\$ 1 bilhão. Com a reforma, o governo potiguar espera economizar cerca de R\$ 200 milhões por ano.



Retirada de pauta e mais tempo para debates

ALRN



Após amplo debate, a matéria foi aprovada pela unanimidade dos deputados que participaram da sessão por Sistema de Deliberação Remota

MODERNIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE GERA AVANÇOS NOS INDICADORES

DESEMPENHO | Na atual gestão da Assembleia Legislativa, os indicadores vêm melhorando a cada ano. São conquistas que vão desde a redução de custos e aumento da produtividade, até a eficiência dos serviços prestados à população

A adequada gestão dos gastos públicos é um tema que vem cada vez mais ganhando relevância em toda a sociedade. Notadamente desde que a chamada Administração e Gestão Pública se desenvolveram em resposta à necessidade que os Poderes têm de se adequarem. Na atual gestão da Assembleia Legislativa, os indicadores vêm melhorando a cada ano com conquistas que vão desde a redução de custos, aumento da produtividade à eficiência dos serviços prestados à população.

Para o diretor-geral do Legislativo do RN, Augusto Carlos Garcia de Viveiros, as conquistas se devem ao Planejamento Estratégico do Legislativo Potiguar, adotado desde 2015 até os dias atuais. As diversas fases do planejamento que vêm sendo seguidas, e que implicaram em mudanças em todos os setores, apontam para o caminho da governança corporativa. “O planejamento de ações e metas do Legislativo garantem bons resultados administrativos com adequação do orçamento”, afirmou o diretor. Com a modernização da gestão e as novas formas de controle, a prestação de contas de serviços públicos também se inovou, incorporando nos seus relatórios de gestão indicadores que apontam para uma série histórica evolutiva dos aspectos gerenciais mais relevantes.

O coordenador de Gestão de Pessoas, Thyago Cortez, enumera as vantagens de se incorporar os indicadores na rotina corporativa: “O acompanhamento dos indicadores de gestão na área de Pessoal nos permite tomar decisões mais apropriadas, proporcionando uma visão gerencial dos nossos colaboradores. Com a análise dos indicadores conseguimos avaliar onde estamos acertando e errando na área de gestão de pessoas, possibilitando corrigir ou minimizar possíveis equívocos em nosso planejamento de trabalho”, afirma.

Os indicadores de Gestão Pública são uma forma eficaz e bastante utilizada para avaliar o desempenho em relação aos gastos de um órgão público. Na Assembleia Legislativa, os novos indicadores de gestão apontam para um cenário positivo de redução de custos. Soma-se a isso outras conquistas como a profissionalização da gestão, transparência, descentralização e gestão por resultados.



No Legislativo do Rio Grande do Norte, os indicadores também refletem que, junto com a redução de custos, houve outros ganhos como aumento da produtividade, eficiência e desempenho. Ainda em 2019, com o Planejamento Estratégico a todo vapor, a diretoria geral apresentou o projeto “Horizonte 2023 da ALRN”, que contempla a definição da visão de futuro até 2023 e os macrodesafios (objetivos estratégicos) que vem norteando as ações da Assembleia Legislativa no quadriênio, baseadas no estudo, levantamento dos cenários interno e externo e definição dos princípios problemas identificados ao longo da elaboração documento.

O plano foi validado em dezembro passado. Compõem o documento 68 iniciativas estratégicas, 28 indicadores e metas, 18 iniciativas específicas e 1 Projeto Institucional.

Palácio José Augusto, no bairro de Cidade Alta, em Natal, é a sede da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ADVOGADOS DE GESTÃO

ALRN



CASAS LEGISLATIVAS AÇÕES DURANTE A

ATIVIDADE | Quinze Assembleias Legislativas suspenderam suas atividades presenciais, mas continuam funcionando de forma remota promovendo comissões, sessões plenárias, atividades legislativas e administrativas.

Em meio à pandemia, as Casas Legislativas brasileiras não cessaram com suas atividades. Quinze Assembleias Legislativas suspenderam suas atividades presenciais, mas continuam funcionando de forma remota promovendo comissões, sessões plenárias, atividades legislativas e administrativas. Com isso, diariamente parlamentares continuam a propor projetos de combate à pandemia do coronavírus e seus efeitos. O foco principal tem sido adotar medidas e projetos que auxiliem a população. Fique por dentro dos projetos de lei que estão tramitando nas Assembleias Legislativas e também o que já foi aprovado:

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Na Paraíba, foi aprovado o projeto de lei que proíbe o corte de fornecimento de serviços essenciais como o fornecimento de energia elétrica e água enquanto durar a pandemia. O mesmo projeto já foi aprovado em Rondônia e apresentado nas Assembleias do Paraná, da Bahia e do Espírito Santo, onde aguarda aprovação.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, já está em vigor uma lei que obriga os condomínios residenciais a comunicar os órgãos de segurança, casos de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos. Paraná, Tocantins e São Paulo também estão votando para que a mesma medida entre em vigor. Rio Grande do Norte também apresentou projeto de lei em torno do mesmo assunto.

DELEGACIA VIRTUAL

Já é lei no Rio Grande do Norte. O agravamento da situação de violência contra as mulheres decorrente do período de distanciamento social, isolamento ou quarentena em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) motivou a criação da Delegacia Virtual em Defesa da Mulher. A iniciativa cria um novo canal virtual de atendimento e registros de denúncias para ampliar o combate à violência doméstica contra as mulheres potiguares.

EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

A Assembleia Legislativa do RN aprovou e já está em vigor o ato que regulamenta a suspensão temporária da cobrança das parcelas dos empréstimos consignados contratados pelos servidores do legislativo. O ato confere aos ativos, inativos e pensionistas, o direito à suspensão dos descontos relativos às parcelas dos empréstimos consignados pelo período de até 180 dias.

REDUÇÃO DE MENSALIDADES

Na Bahia está tramitando o projeto de lei que reduz o valor de mensalidades em até 30% de escolas particulares, enquanto durar a pandemia. O mesmo projeto está em votação em São Paulo, Espírito Santo, Pará e Distrito Federal.

BOLSA-AUXÍLIO PARA ESTUDANTES

No Rio de Janeiro já está em vigor a lei que autoriza o Poder Executivo conceder bolsa-auxílio para as famílias responsáveis por estudantes da rede pública de ensino, que tenham as aulas suspensas, por antecipação ou ampliação do recesso escolar, decorrentes Covid-19. As bolsas de auxílio têm o valor mínimo de uma cesta básica por estudante, atualizado conforme o piso do salário mínimo nacional.

PASSAGENS AÉREAS

No Rio de Janeiro foi aprovada a lei que isenta de multas o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas e pacotes de viagem neste período de pandemia. Outros estados também aderiram essa iniciativa, como é o caso do Amapá, Pará, Rondônia e Tocantins.

USO DE MÁSCARAS

Vinte e três estados já aderiram o uso obrigatório de máscaras em lugares públicos. Rio de Janeiro, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Roraima aderiram a iniciativa em apenas alguns locais. Mas, a determinação se estende a todo o país.

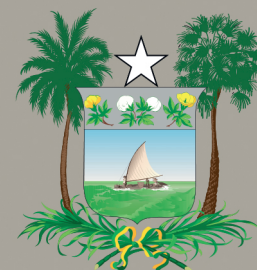
S APROVAM A PANDEMIA



60% DAS AGRESSÕES CONTRA
IDOSOS ACONTECEM DENTRO
DE CASA.

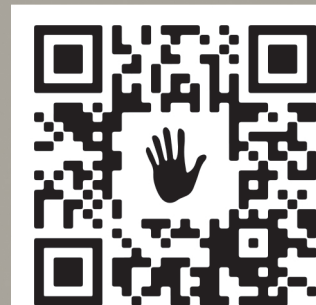
BASE

**VIOÊNCIA
DOMÉSTICA.
PRECISAMOS
DAR UM
BASTA NISSO.**



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

DENÚNCIAS
LIGUE 180
WHATSAPP
(84) 98831-8984



Acesse www.al.rn.leg.br
e siga @assembleiarn

